

ATRICON PELA EDUCAÇÃO

Conselheira Marisa Serrano



SISTEMA DE CONTROLE EXTERNO NO BRASIL



ATRICON

Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil

Objetiva garantir a representação, defesa, aperfeiçoamento e integração dos TC's e de seus Membros, visando fortalecer o Sistema de Controle Externo do Brasil, em benefício da sociedade.

Plano Nacional de Educação - PNE

Meta 20. Estratégia 20.4

“Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem (...) a **transparência e o controle social** na utilização dos recursos públicos aplicados em educação (...) com a colaboração entre o Ministério da Educação, as Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios e **os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios**”.



Os Tribunais de Contas e o PNE

HISTÓRICO DE AÇÕES

Dezembro de 2015 - Resolução Atricon nº 3: “Controle externo dos recursos públicos destinados à Educação”.

Março de 2016 - Acordo de Cooperação Atricon/IRB com o MEC e o FNDE: “Desenvolvimento de Ações Relativas à Implementação da Lei nº 13.005, de 24 de junho de 2014, no que tange à execução dos planos de educação”.

Março de 2016 - Criação do Grupo de Trabalho (GT) Atricon-IRB: Portaria Conjunta nº 01/2016.

Mai de 2016 – Primeiro Encontro GT: Aprovação do Plano de Trabalho que orienta as discussões e a produção de um documento final com recomendações aos TC’s do Brasil.

Os Tribunais de Contas e o PNE

HISTÓRICO DE AÇÕES

Julho de 2016 - Acordo de Cooperação Técnica entre TCU, Atricon e IRB: Realizar o monitoramento no Ensino Médio com adesão dos TC's.

Novembro de 2016 - "Relatório Final - Grupo de Trabalho Atricon-IRB – Metas do Plano Nacional de Educação (PNE)": entregue para representantes dos TC'S.

Novembro de 2016 – Apresentação para os TC's do **Software** (Sistema Business Intelligence – BI): inicialmente deve analisar a execução das Metas 1 (Creche e Pré-escola) e 3 (Ensino Médio) dos Planos Nacional, Estaduais e Municipais de educação.

Julho de 2017 – Participação do IBGE na Fiscalização da Educação: Solicitação ao IBGE para realizar estimativas populacionais dos municípios, segundo faixa etária detalhadas, para atender as especificidades dos indicadores das metas do PNE.

Diagnóstico dos Tribunais de Contas do Brasil

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E AGILIDADE DO CONTROLE EXTERNO - QATC



O estabelecimento de um **parâmetro nacional de avaliação** do controle externo no âmbito dos Tribunais de Contas é um trabalho que **possibilita aos TC's do Brasil a submissão**, de forma voluntária, **à verificação de itens e critérios de qualidade e agilidade**, definidos a partir de ampla discussão por membros e servidores.

**Um dos indicadores do QATC
diz respeito à educação.
A seguir:**

Diagnóstico dos Tribunais de Contas do Brasil

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E AGILIDADE DO CONTROLE EXTERNO - QATC

QATC-26 FISCALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO



- 26.1 Planejamento da fiscalização
- 26.2 Fiscalização orçamentária e financeira dos recursos da educação
- 26.3 Fiscalização operacional e programática dos recursos da educação
- 26.4 Fiscalização dos Planos de Educação



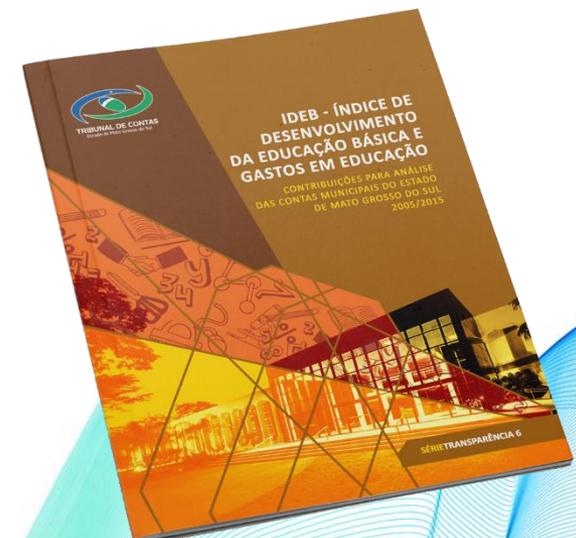
26.4	Fiscalização dos Planos de Educação O Tribunal:
26.4.1	Desenvolve ações destinadas a promover a elaboração dos planos de educação pelos jurisdicionados Art. 8º do PNE
26.4.2	Fiscaliza a execução dos planos de educação, de modo a zelar pelo cumprimento das metas e estratégias fixadas Art. 5º e Meta 19- Estratégia 19.3 do PNE
26.4.3	Acompanha a instituição e o funcionamento das instâncias colegiadas previstas no PNE Art. 7º e Meta 19 do PNE
26.4.4	Fiscaliza a garantia do direito à educação básica, especialmente quanto ao acesso, à universalização da alfabetização e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais Metas 1, 2, 3 e 5 do PNE
26.4.5	Fiscaliza as ações relacionadas à meta voltada à valorização dos profissionais de educação Metas 17 e 18 do PNE
26.4.6	Fiscaliza as ações relacionadas à meta voltada ao acesso e à qualidade do ensino superior Meta 12 do PNE
26.4.7	Fiscaliza as ações relacionadas à meta voltada à efetivação da gestão democrática da educação Meta 19 do PNE

Algumas ações efetivas – TC's e Educação TCE-MS

2015 - Indicação de 2 servidores para compor a “Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Estadual de Educação”: comissão essa criada pelo governo de MS.

2016 - Criação de um grupo de estudos com auditores de controle externo – estudo, discussões técnicas e desenvolvimento de competências para análise de situações relacionadas com a educação nos municípios e no estado de MS.

2012 a 2016 - Coleta e publicação sistemática de dados sobre alguns indicadores da educação:



“Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e Gastos em Educação – Contribuições para Análise das Contas Municipais do Estado de Mato Grosso do Sul 2005/2015” – já na terceira edição;

“Acesso à Educação Infantil na Pré-escola, Estudo e Análise da Realidade do Estado de Mato Grosso do Sul 2015 – meta PNE 2016”;

“Radiografia de Dados Escolares – Estudo de Indicadores da Educação” – Trabalho interno a ser publicado;

“Insucesso Escolar: Uma Abordagem Financeira”, lançado em 2013 e com atualização em andamento para publicação em novembro de 2017;

“Cartilha de Auditoria Concomitante em Educação” em andamento.

Algumas ações efetivas – TC's e Educação TCE-MS



Participação em eventos ministrando palestras com temas como: “Desafios do PNE”, “Piso Nacional dos Profissionais de Educação”, “Orientações sobre o PPA e a Educação”.



2016/2017 - Realização de Auditorias Concomitantes em Educação: Resultam em audiências públicas com a finalidade de apresentar seu resultado mostrando a importância de ações preventivas. Durante a Audiência é proposto um Termo e Ajustamento de Gestão (TAG), para resolução dos problemas levantados.

Algumas ações efetivas – TC's e Educação TCM-RJ

2008/em execução - O TCM-RJ iniciou o Programa de Visitas às Escolas (PVE): Equipes de auditores visitam escolas do Ensino Fundamental, registram fotograficamente as imperfeições encontradas, aplicam questionários aos pais, professores e alunos, entrevistam diretores e realizam o controle concomitante da execução de contratos.

Os dados coletados nas escolas são lançados em um software, denominado **Sistema Estatístico de Dados (SED)**, que automaticamente classifica as unidades, quanto a suas condições estruturais, além de proporcionar diferentes comparações estatísticas, mantendo, também, para visualização e acompanhamento, todo o acervo fotográfico do trabalho.

Repercussão positiva
Termo de
Cooperação com
outros TC's
(TCE-TO, TCM-PA e
TCE-MG)

Algumas ações efetivas – TC's e Educação TCM-RJ

2015 – Lançamento do aplicativo “TCMRJ – Visitas às Escolas”: Aplicativo que disponibiliza à sociedade acesso aos resultados das visitas por meio de acervo fotográfico e dados gerenciais, além de permitir a participação social com o envio de solicitações ao Tribunal - inclusive com encaminhamento de fotos, as quais são respondidas por intermédio do próprio aplicativo. Disponível para download em aparelhos com sistema Android ou iOS.

Algumas ações efetivas – TC's e Educação TCM-RJ

2017 – Capacitação dos servidores do TCM-RJ e técnicos da Secretaria Municipal de Educação no Encontro Técnico sobre o "Programa Dinheiro Direto na Escola" (PDDE): O evento foi resultado da parceria estabelecida pelo TCMRJ com o FNDE e Secretarias Municipais de Educação.

2017 – O TCM-RJ busca estimular a participação da comunidade nas questões escolares, bem como o controle social: Encontro entre o TCMRJ e Conselhos Escola-Comunidade, das 38 Unidades Escolares Municipais consideradas precárias há mais de três anos pelo Programa de Visitas às Escolas.

Algumas ações efetivas – TC's e Educação TCE-RS

2011/em execução – Publicações anuais da Radiografia da Educação Infantil: Apresentação de dados referentes à educação infantil dos exercícios anteriores.

2016 – Publicação do “Estudo Sobre a Avaliação da Eficiência e da Eficácia da Rede Municipal de Ensino Fundamental de Porto Alegre”: O diagnóstico apresentado foi realizado por meio de auditoria na Secretaria Municipal de Educação, onde foram avaliados dados dos exercícios de 2015 e 2016. O exame demonstrou que o ensino ofertado é incompatível com a quantidade de insumos à disposição da secretaria e com os indicadores socioeconômicos dos alunos e do Município.



Algumas ações efetivas – TC's e Educação TCE-RS

2016 – “Projeto Piloto”: O TCE-RS encaminhou aos seus jurisdicionados um questionário com perguntas a respeito das metas e prazos previstos nos seus PME's. Com adesão de 97% (483) dos Municípios. O trabalho contém a análise das respostas fornecidas por eles e informações destacadas que servirão de guia à atividade fiscalizatória dos TC's, estimularão a reflexão e trarão subsídios aos agentes públicos visando à melhoria da política educacional do Estado.



2017 – Publicação da “Análise dos Planos de Educação dos Municípios do RS: Considerações sobre Metas e Prazos” - A partir do “projeto piloto”, essa publicação contém a análise das respostas fornecidas pelos municípios e informações destacadas que servirão de guia à atividade fiscalizatória dos TC's, estimularão a reflexão e trarão subsídios aos agentes públicos visando à melhoria da política educacional do Estado.



Algumas ações efetivas – TC's e Educação TCE-MG

2017 – Assinatura do termo de cooperação técnica com o TCM-RJ: cessão do “sistema de gestão no qual representantes do Tribunal vão até as escolas e identificam as oportunidades de melhoramento”.

Em execução – “Na Ponta do Lápis”: a Escola na Formação, o Tribunal na Fiscalização: Projeto criado para atender a prioridade da gestão do TCE-MG, que será, em 2017 e 2018, o controle da educação pública.

Em execução - Auditorias operacionais: A primeira delas foi proposta pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas de Minas Gerais (MPCMG) e pretende avaliar o motivo da **queda sucessiva**, em alguns municípios, dos índices de aprendizagem verificados pelo **Ideb**.

Algumas ações efetivas – TC's e Educação TCE-MG

Em execução - Auditorias operacionais: Auditoria em Belo Horizonte, que avalia a qualidade da educação infantil na cidade e será ampliada aos jurisdicionados.

Em execução - recomendações sobre o Plano Nacional de Educação: TCE-MG acolhendo manifestação do Ministério Público de Contas expediu recomendação aos prefeitos, alertando-os de que os planos municipais de educação não poderão apresentar taxas de atendimento inferiores ou prazos superiores aos estipulados nacionalmente pelo PNE.

ATRICON PELA EDUCAÇÃO

Conselheira Marisa Serrano

CONTATO

marisaserrano@tce.ms.gov.br

Fone: (67) 3317-1500